

ENTRE NARRATIVA DE FUNDAÇÃO E MEMÓRIA RELIGIOSA: O IMAGINÁRIO DOMINICANO NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE HISTÓRICA DE SÃO DOMINGOS DO CAPIM-PA

Between Founding Narrative and Religious Memory: The Dominican Imaginary in the Construction of the Historical Identity of São Domingos do Capim, Pará, Brazil

Hellen Vitória Ramos Rodrigues¹

RESUMO

A presente pesquisa analisa a narrativa de fundação de São Domingos do Capim, no estado do Pará, a partir das referências religiosas presentes no relatório *Exploração e estudo do Valle do Amazonas* (1875), de João Barbosa Rodrigues. Parte-se do registro segundo o qual a antiga freguesia de São Domingos da Boa Vista teria sido fundada, em 1758, por D. Frei Miguel de Bulhões, da Ordem Dominicana, e dedicada a São Domingos de Gusmão, buscando compreender os sentidos históricos produzidos por essa associação e sua relação com a construção de uma memória de origem e de pertencimentos locais. Metodologicamente, a pesquisa insere-se no campo da História Cultural e da História da Religião, mobilizando análise documental e entrevistas, em diálogo com o *Libellus de principiis Ordinis Praedicatorum* e com discussões sobre memória, identidade e narrativa. Conclui-se, a partir da análise, que a referência a São Domingos ultrapassa o âmbito estritamente devocional, configurando-se como elemento simbólico associado à legitimação da origem da localidade e à permanência de referências religiosas na experiência histórica do município

Palavras-chave: São Domingos do Capim; narrativa de fundação; memória;

ABSTRACT

This research analyzes the founding narrative of São Domingos do Capim, in the state of Pará, based on the religious references found in the report *Exploração e estudo do Valle do Amazonas* (1875), by João Barbosa Rodrigues. It takes as its starting point the account according to which the former parish of São Domingos da Boa Vista was founded in 1758 by D. Frei Miguel de Bulhões, a member of the Dominican Order, and dedicated to Saint Dominic of Guzmán, seeking to understand the historical meanings produced by this association and its relationship with the construction of a founding memory and local senses of belonging. Methodologically, the research is situated within the fields of Cultural History and the History of Religion, employing documentary analysis and interviews, in dialogue with the *Libellus de principiis Ordinis Praedicatorum* and discussions on memory, identity, and narrative. The analysis concludes that the reference to Saint Dominic goes beyond the strictly devotional sphere, functioning as a symbolic element associated with the legitimization of the locality's origins and the persistence of religious references in the historical experience of the municipality.

Keywords: São Domingos do Capim; founding narrative; memory; identity; religiosity; Dominican Order.

INTRODUÇÃO

São Domingos do Capim é um município brasileiro localizado no estado do Pará, na Região Norte do país, às margens do rio Capim. Historicamente, a localidade recebeu inicialmente a denominação de São Domingos da Boa Vista, sendo fundada em 1758, mas passou a ser oficialmente denominada São Domingos do Capim pelo Decreto Estadual n.º 720, de 19 de agosto de 1932 (IBGE, 2026).

Para além de sua configuração administrativa atual, a compreensão histórica do município exige atenção às narrativas que explicaram sua origem e atribuíram sentido à sua formação ao longo do tempo, pois os relatos produzidos no século XIX por Rodrigues (1875) assumem relevância particular ao registrar interpretações sobre o surgimento das povoações e os agentes envolvidos em sua fundação (Rodrigues, 1875, p. 09-10).

É a partir dessa contextualização historiográfica que se evidencia a relevância do Relatório “*Exploração e estudo do Valle do Amazonas*”, publicado em 1875 por João Barbosa Rodrigues, enquanto fonte histórica para o estudo da região, pois constitui o registro no qual se encontra a narrativa referente à fundação de São Domingos do Capim. Nesse documento, ao descrever o curso do rio e as povoações, Rodrigues (1875) atribui a fundação da freguesia de São Domingos do Capim, ocorrida em 1758, à iniciativa do Bispo D. Miguel de Bulhões vinculado à Ordem Dominicana, relacionando diretamente a localidade com a devoção a São Domingos, patrono da referida ordem religiosa (Rodrigues, 1875, p. 09-10).

A menção ao bispo adquire maior densidade histórica quando situada no contexto do Grão-Pará setecentista. Integrante da Ordem dos Pregadores e terceiro bispo do Pará, D. Frei Miguel de Bulhões atuava na região no período correspondente à fundação atribuída a São Domingos do Capim. A partir de 1753, assumiu interinamente o governo da Província do Pará, exercendo funções eclesiásticas e administrativas em meio às reformas territoriais da Coroa portuguesa, contexto no qual competia ao bispo instituir oficialmente as freguesias (Costa; Cintra, 2013, p. 4; p. 6). Desse modo, a referência à fundação da localidade dialoga com um cenário mais amplo de ordenamento territorial e institucionalização das freguesias no Grão-Pará.

Diante disso, este trabalho propõe analisar de que maneira a fundação de São Domingos do Capim é narrada na obra *Valle do Amazonas (1875)* a partir de referências religiosas específicas, com destaque para a figura do bispo dominicano e para a devoção a São Domingos, tomando esses elementos como chaves interpretativas da construção narrativa. O interesse não

está em afirmar uma atuação dominicana contínua ou institucional na região, mas em compreender como esses elementos religiosos são mobilizados na narrativa histórica para a construção de uma memória de origem e de uma identidade local.

O problema de pesquisa que orienta este estudo pode ser formulado da seguinte maneira: de que forma a narrativa da fundação de São Domingos do Capim, registrada no *Valle do Amazonas* (1875), utiliza referências religiosas associadas à tradição dominicana para legitimar a origem da localidade e contribuir para a construção de sua memória histórica e identidade local? Para responder a essa questão, do ponto de vista metodológico, a pesquisa mobiliza análise documental e interpretativa de fontes históricas, articulada às reflexões sobre narrativa, memória, identidade e religiosidade.

Utilizam-se como fontes principais o relatório *Exploração e estudo do Valle do Amazonas* (1875), e o *Libellus de principiis Ordinis Praedicatorum* (Opúsculo sobre as origens da Ordem dos Pregadores), texto medieval escrito no século XIII por Jordão da Saxônia, mobilizado como referência interpretativa para compreender os significados simbólicos atribuídos, no interior da tradição dominicana, à autoridade religiosa, à missão e à organização das comunidades cristãs, sem estabelecer uma relação direta entre contextos históricos distintos.

A relevância desta investigação reside na possibilidade de compreender como narrativas de fundação participam da construção de sentidos históricos duradouros. No caso de São Domingos do Capim, cuja trajetória histórica permanece vinculada a referências religiosas evidentes no próprio nome da localidade, nas práticas devocionais e nas memórias compartilhadas, ainda são escassas as reflexões voltadas à compreensão dos sentidos históricos atribuídos à sua fundação e à associação com a tradição dominicana.

Ao tomar essa narrativa como objeto de análise, a pesquisa desloca o olhar da simples reconstituição factual da origem da localidade para a compreensão dos processos pelos quais tais referências religiosas participam da elaboração simbólica do passado no contexto amazônico. Nesse sentido, o estudo busca contribuir para os debates da História Cultural e da História da Religião, evidenciando como referências religiosas podem ser mobilizadas na construção de narrativas históricas e na produção de pertencimentos.

2 CONSTRUÇÕES DE ORIGEM E PERTENCIMENTO NA HISTORIOGRAFIA

2.1 Narrativa, escrita da História e construção da autoridade.

A compreensão da História como uma prática de escrita constitui o ponto de partida para esta pesquisa. Nessa perspectiva, Michel de Certeau (1982) entende que a produção do

conhecimento histórico não corresponde à reprodução objetiva do passado, mas resulta de uma operação que articula lugar social, práticas de pesquisa e escrita. A narrativa histórica, portanto, não se limita a registrar acontecimentos, mas organiza e atribui sentidos ao passado por meio de escolhas, recortes e formas específicas de representação (Certeau, 1982, p. 12-13).

Essa perspectiva permite compreender que toda narrativa histórica é construída a partir de determinadas condições de produção e responde às questões colocadas pelo presente. A escrita da História configura-se, assim, como um processo interpretativo, no qual a investigação documental e a elaboração narrativa constituem etapas inseparáveis da produção do conhecimento histórico (Certeau, 1982, p. 13; p. 89). Sob essa ótica, as fontes analisadas nesta pesquisa não são compreendidas como registros neutros dos acontecimentos, mas como narrativas que expressam escolhas, interesses e formas particulares de representar a origem de São Domingos do Capim.

Essa discussão torna-se especialmente relevante ao considerar a tradição narrativa desenvolvida pela Ordem Dominicana. Conforme observa Alain Boureau (2010), a autoridade dominicana foi construída, em grande medida, por meio do domínio da palavra e da elaboração de narrativas que orientavam a pregação, a formação religiosa e a organização da memória institucional da Ordem (Boureau, 2010, p. 141–142). Nesse contexto, a narrativa constituía um instrumento de legitimação da autoridade religiosa, capaz de produzir modelos de conduta, fortalecer vínculos de pertencimento e assegurar continuidade à tradição dominicana (Boureau, 2010, p. 142).

Compreender a narrativa como uma prática de produção de sentidos e de legitimação da autoridade fornece, portanto, o suporte teórico para analisar a narrativa de fundação de São Domingos do Capim, considerando-a como uma construção histórica que articula memória, tradição religiosa e representações acerca do passado.

2.2 Religião, cultura e representações do passado

A História Cultural oferece importantes instrumentos para compreender a religião como uma dimensão constitutiva da vida social, na medida em que permite analisar os sistemas simbólicos por meio dos quais indivíduos e grupos atribuem sentido às suas experiências. Nessa perspectiva, Peter Burke (2005) destaca que o interesse da História Cultural recai sobre as representações, os valores e os significados compartilhados socialmente, compreendendo a cultura como um campo de produção de sentidos que orienta formas de perceber e interpretar o mundo (Burke, 2005, p. 10; p. 78–79).

Sob essa perspectiva, as narrativas religiosas ultrapassam a função de transmitir conteúdos doutrinários, passando a atuar como formas de representação capazes de organizar percepções sobre o passado e fortalecer vínculos coletivos. Conforme observa Burke (2005), as representações participam ativamente da construção da realidade social, uma vez que expressam modos específicos de compreender e significar a experiência histórica (Burke, 2005, p. 116). Assim, narrativas acerca de santos, fundações e origens institucionais constituem formas simbólicas que produzem sentidos compartilhados e orientam a memória dos grupos sociais.

Essa compreensão é aprofundada por Andrade (2010), ao considerar a religião como um espaço de produção e circulação de significados continuamente apropriados e ressignificados pelos sujeitos históricos. A religiosidade, nessa perspectiva, não se restringe às formulações institucionais, mas manifesta-se também nas práticas, representações e formas de sociabilidade construídas no cotidiano (Andrade, 2010, p. 132–143). Desse modo, os sentidos atribuídos às narrativas religiosas são constantemente reelaborados, permitindo que determinadas referências permaneçam ativas mesmo quando dissociadas de seus contextos originais de produção.

Nessa direção, compreender a religião como uma prática cultural possibilita analisar a narrativa de fundação de São Domingos do Capim não apenas como um relato de origem, mas sim como uma construção simbólica que mobiliza elementos da tradição cristã para produzir representações sobre o passado e conferir sentido à história local. A abordagem da História Cultural, portanto, oferece o suporte necessário para interpretar essa narrativa como uma forma de elaboração histórica na qual religião, memória e representação se articulam na construção de pertencimentos coletivos.

2.3 Memória, identidade e pertencimento

A compreensão das narrativas de fundação como construções históricas exige considerar a memória como um processo de seleção, elaboração e atribuição de sentidos. Jacques Le Goff (1990) destaca que memória e História, embora distintas, mantêm uma relação permanente, uma vez que a memória constitui um dos objetos da investigação histórica e participa da forma como as sociedades interpretam e reelaboram suas experiências (Le Goff, 1990, p. 40). Nessa perspectiva, o passado não é recuperado em sua totalidade, mas reconstruído a partir de escolhas, permanências e esquecimentos que respondem às demandas do presente (Le Goff, 1990, p. 20–21; p. 368).

Essa compreensão também se estende às próprias fontes históricas. Ao afirmar que

"o documento é monumento", Le Goff (1990) evidencia que os vestígios do passado não constituem registros neutros, mas documentos produzidos em contextos específicos e marcados por intencionalidades, cabendo ao historiador analisá-los de forma crítica (Le Goff, 1990, p. 6). Sob essa perspectiva, as narrativas históricas deixam de ser compreendidas apenas como relatos de acontecimentos e passam a ser analisadas como construções que expressam interesses, representações e formas particulares de atribuir significado ao passado.

A reflexão proposta por Pierre Nora (1993) amplia essa discussão ao demonstrar que a memória coletiva depende de suportes capazes de assegurar sua permanência ao longo do tempo. Os chamados lugares de memória constituem referências materiais, simbólicas e funcionais nas quais determinados acontecimentos, personagens ou narrativas são continuamente atualizados e reconhecidos socialmente (Nora, 1993, p. 7; p. 21–22). Nesse sentido, a memória não se conserva de forma espontânea, mas por meio de processos de cristalização simbólica que permitem a determinadas referências permanecerem vivas no interior da coletividade (Nora, 1993, p. 22).

Esses processos relacionam-se diretamente à construção das identidades coletivas. Conforme observa Delgado (2003), a identidade constitui uma construção histórica continuamente elaborada por meio das experiências compartilhadas, da memória e das narrativas que oferecem aos grupos referências de pertencimento e reconhecimento (Delgado, 2003, p. 14; p. 17–18). Ao selecionar determinados acontecimentos como marcos fundadores, a memória contribui para organizar sentidos sobre a origem das comunidades, estabelecendo vínculos entre passado e presente e fortalecendo formas coletivas de identificação (Delgado, 2003, p. 18; p. 21).

Sob essa perspectiva, as narrativas assumem papel central na preservação e transmissão dessas referências, convertendo experiências históricas em sentidos compartilhados capazes de sustentar identidades ao longo do tempo (Delgado, 2003, p. 22). Assim, as narrativas de fundação podem ser compreendidas como construções simbólicas que articulam memória, identidade e pertencimento, produzindo interpretações sobre o passado que permanecem socialmente significativas.

3. AS FONTES E SEUS CONTEXTOS HISTÓRICOS

João Barbosa Rodrigues (1842–1909) foi um naturalista e botânico brasileiro que alcançou reconhecimento no meio científico oitocentista a partir de seus estudos no campo

da botânica, destacando-se entre especialistas nacionais e estrangeiros (Sá, 2001, p. 902). Posteriormente, foi comissionado pelo Governo Imperial para explorar o vale do rio Amazonas, em uma expedição inicialmente destinada a complementar os estudos botânicos de Martius, experiência que ampliou sua produção sobre a região amazônica (Sá, 2001, p. 906). Nesse contexto, seus registros ultrapassaram as observações estritamente botânicas e reuniram informações sobre diferentes aspectos do território amazônico, conferindo à obra *Exploração e estudo do Valle do Amazonas* relevância para o conhecimento histórico e geográfico da região (Ximenes; Coelho, 2017, p. 535).

O relatório analisado constitui uma das principais fontes históricas deste trabalho no que se refere à narrativa da fundação de São Domingos do Capim. Produzido no contexto das expedições científicas e administrativas realizadas pelo Império brasileiro na segunda metade do século XIX, o documento insere-se em um esforço mais amplo de descrição e sistematização dos territórios amazônicos, circunstância que situava a viagem no interior de um projeto científico de mapeamento e conhecimento do território amazônico, combinando observações de caráter geográfico, natural e populacional com informações históricas sobre as povoações.

Embora apresente um caráter técnico e descritivo, o relatório não se limita à enumeração de dados, apresentando interpretações sobre a origem das localidades e os agentes envolvidos em sua formação, o que o torna particularmente relevante para a análise proposta neste estudo (Rodrigues, 1875, p. 1).

A historiografia que se debruça sobre a obra de João Barbosa Rodrigues tem evidenciado precisamente essa complexidade documental do Valle do Amazonas. Em estudo dedicado à descrição do rio Capim elaborada pelo naturalista, Cláudio Ximenes e Alan Watrin Coelho (2017) demonstram que a expedição realizada por Barbosa Rodrigues, por determinação do Governo Imperial, tinha como objetivo complementar a seção dedicada às palmeiras da Flora Brasiliensis, de Karl Friedrich Philipp von Martius. Contudo, os resultados da viagem ultrapassaram o inventário botânico inicialmente previsto, reunindo descrições geográficas e hidrográficas do rio Capim, além de observações sobre fauna, flora e ocupação humana da região (Ximenes; Coelho, 2017, p. 535).

Essa multiplicidade de interesses faz com que a obra escape de uma classificação única, podendo ser compreendida simultaneamente como relatório científico, memória de viagem, descrição territorial e documento etnográfico, elaborado no cruzamento entre observação empírica e interpretação histórica. Essa amplitude temática é reforçada pela

própria recepção da obra no interior do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), espaço central de legitimação do saber científico oitocentista, reconhecidos como trabalhos de elevado interesse “chorographico e ethnographico”, que reúne informações consideradas relevantes para a história, a geografia e a etnografia do Brasil (Azevedo, 1872, p. 577 *apud* Ximenes e Coelho, 2017, p. 149).

É justamente nesse horizonte que o relatório adquire relevância para esta pesquisa. Se, por um lado, Barbosa Rodrigues percorre o rio Capim como naturalista atento às riquezas naturais e às características geográficas da região, por outro, sua escrita também elabora explicações sobre a ocupação humana e a origem das povoações, organizando uma determinada leitura do passado local.

Assim, antes de ser tomado apenas como repositório de informações, o relatório *Exploração e estudo do Valle do Amazonas* será aqui analisado como uma narrativa historicamente situada, produzida no interior de um projeto científico e político específico, cujas interpretações sobre o território amazônico e suas origens demandam leitura crítica e contextualizada.

Nesse sentido, Moraes (2012) evidencia uma dimensão particularmente significativa do *Valle do Amazonas*: sua utilização como fonte empírica para a reconstrução histórica e espacial do vale do rio Capim. Ao investigar as relações de pertencimento e memória construídas por comunidades quilombolas do Aproaga, a autora recorre ao relatório e à planta do rio Capim elaborados por João Barbosa Rodrigues, articulando-os a cartografias contemporâneas para identificar antigas estruturas históricas registradas pelo naturalista no século XIX.

Conforme explicita, a consulta ao *Valle do Amazonas* permitiu “localizar e consolidar a identificação dos lugares e estruturas históricas” descritas por Barbosa Rodrigues (Moraes, 2012, p. 62), evidenciando que o relatório ultrapassa a condição de simples descrição geográfica e se converte em instrumento de localização histórica e compreensão das dinâmicas de ocupação da região.

Particularmente relevante para esta pesquisa é o fato de que, ao mobilizar o *Valle do Amazonas*, Moraes (2012) também retoma as passagens em que João Barbosa Rodrigues descreve a freguesia de São Domingos do Capim, que anteriormente era chamada de São Domingos da Boa Vista, identificada pelo naturalista como situada “no ponto mais lindo do Capim”, além de registrar aspectos relativos à organização da povoação, à igreja matriz e às estruturas econômicas que compunham o território naquele contexto (Barbosa; Rodrigues, 1875, p. 23 *apud* Moraes, 2012, p. 103). A presença dessas

referências demonstra que o relatório vem sendo reconhecido pela historiografia como um documento relevante para a compreensão histórica das localidades que compõem o vale do rio Capim, incluindo São Domingos.

É nesse quadro de usos historiográficos do *Exploração e estudo do Valle do Amazonas* que se insere a presente pesquisa. Interessa particularmente a este trabalho a narrativa construída por João Barbosa Rodrigues acerca da origem da freguesia de São Domingos do Capim, apresentada pelo autor em associação direta à autoridade religiosa dominicana. Ao tratar da localidade, o naturalista afirma: “Conta já esta freguesia 117 annos de existencia; foi fundada em 1758 pelo bispo D. Frei Miguel de Bulhões, no governo de D. Francisco Xavier de Mendonça Furtado, dando-lhe aquelle por orago S. Domingos, por ser o patrono da ordem de que elle era frade” (Rodrigues, 1875, p. 09-10).

Apesar de breve, essa passagem concentra elementos fundamentais para a compreensão da narrativa fundadora registrada no relatório, uma vez que a origem da freguesia é atribuída diretamente à iniciativa de D. Frei Miguel de Bulhões, cuja identidade religiosa é explicitada por sua vinculação à Ordem Dominicana. Ao afirmar que a localidade recebeu como orago São Domingos, isto é, seu santo padroeiro “*por ser o patrono da ordem de que elle era frade*” (Rodrigues, 1875, p. 10), o *Valle do Amazonas* estabelece uma associação direta entre autoridade episcopal, devoção cristã e tradição dominicana.

Nesse encadeamento narrativo, a escolha do santo não aparece como decisão genérica ou aleatória, mas como consequência da pertença religiosa do fundador, e a condição dominicana do bispo, portanto, não surge como informação acessória, mas como elemento explicativo central da narrativa, legitimando sua atuação como autoridade fundadora e operando como princípio organizador da identidade simbólica da localidade.

É importante destacar, contudo, que o relatório foi escrito mais de um século após o evento mencionado, o que indica que a informação registrada por Rodrigues (1875) não corresponde a um testemunho contemporâneo da fundação, mas à formulação de uma memória histórica já circulante no século XIX.

Nessa perspectiva, o *Valle do Amazonas* pode ser compreendido como um registro das interpretações mobilizadas naquele contexto para explicar a origem da freguesia, evidenciando os elementos considerados centrais à sua constituição histórica. A associação entre um bispo dominicano e a devoção a São Domingos sugere que tais referências já operavam, naquele momento, como marcadores simbólicos relevantes da identidade histórica da localidade.

Assim, a análise dessa passagem permite identificar três componentes centrais da narrativa fundadora: a imagem episcopal como agente legitimador da fundação, a vinculação explícita com a Ordem Dominicana e a consagração simbólica da localidade por meio do nome de São Domingos. Esses elementos estruturam uma memória de origem que associa a cidade a uma tradição religiosa específica, contribuindo para a construção de uma identidade histórica marcada pela presença simbólica dominicana em São Domingos do Capim.

Além do relatório oitocentista de João Barbosa Rodrigues, este trabalho utiliza como fonte o *Libellus de principiis Ordinis Praedicatorum*, redigido no século XIII por Jordão da Saxônia, sucessor imediato de Domingos de Gusmão na liderança da Ordem dos Pregadores. A utilização do *Libellus* como fonte histórica insere-se em um campo de discussões já consolidado na historiografia medieval, no qual diferentes pesquisadores têm recorrido ao texto de Jordão da Saxônia para compreender não apenas as origens da Ordem dos Pregadores, mas também os mecanismos pelos quais os dominicanos elaboraram e transmitiram uma memória autorizada sobre si mesmos.

Nesse horizonte, o *Libellus* não aparece simplesmente como um relato cronológico acerca dos primeiros anos da Ordem, mas como uma narrativa profundamente vinculada aos processos de construção identitária, legitimação institucional e definição simbólica do “ser dominicano”. A recorrência dessa obra em estudos especializados evidencia seu lugar central na tradição documental dominicana e demonstra como sua leitura ultrapassa a simples reconstituição factual dos acontecimentos, abrindo espaço para reflexões acerca da memória, da autoridade e das formas narrativas mobilizadas no interior da experiência religiosa medieval.

Essa centralidade pode ser observada na pesquisa desenvolvida por Porto (2020), para quem o *Libellus* ocupa posição estratégica na compreensão da constituição da Ordem dos Pregadores. O autor mobiliza o texto de Jordão da Saxônia como eixo de sua investigação justamente por reconhecer nele uma narrativa fundamental para o entendimento das origens dominicanas. Conforme destaca, o *Libellus* articula informações relativas a Domingos de Gusmão e aos primeiros frades ao mesmo tempo em que organiza uma leitura possível sobre esses acontecimentos, marcada por seleções, ênfases e enquadramentos vinculados ao contexto de produção da obra (Porto, 2020, p. 19).

Ao analisar a composição do *Libellus*, Porto ressalta ainda que a obra reúne, pela primeira vez na tradição dominicana, um conjunto relativamente sistematizado de informações sobre a constituição da Ordem, circunstância que lhe confere singular

relevância no interior das fontes medievais dominicanas (Porto, 2020, p. 17). A própria posição ocupada por Jordão da Saxônia no interior da Ordem reforça o peso dessa construção narrativa, sendo o sucessor imediato de Domingos de Gusmão e eleito Mestre Geral após a morte do fundador, Jordão escreve não de uma posição externa aos acontecimentos, mas como alguém diretamente implicado na consolidação institucional dominicana.

A composição do *Libellus*, iniciada entre 1219 e 1221, coincide com o período em que o autor conheceu Domingos e ingressou na Ordem, aproximando sua escrita da experiência vivida (Porto, 2020, p. 16–17). Essa dimensão torna-se explícita quando o próprio Jordão afirma ter decidido “*registrar por escrito as coisas que eu mesmo vi e ouvi*” para que os que viessem depois “*não ignorem as origens desta Ordem*” (Saxônia, 2021).

O interesse historiográfico pelo *Libellus*, contudo, não se limita às suas dimensões institucionais, nesse contexto, Souza (2017), desloca o olhar para o papel desempenhado pelas ordens mendicantes nas transformações religiosas do período medieval, utilizando o texto de Jordão da Saxônia como uma das principais referências para compreender a atuação dominicana nesse contexto.

Conforme afirma a autora, as fontes analisadas, entre elas os escritos de Jordão “*confirmaram os fatos pesquisados*” relacionados às transformações promovidas pelas novas experiências religiosas mendicantes (Souza, 2017, p. 7). O *Libellus*, assim, aparece integrado a um debate mais amplo sobre renovação religiosa, atuação pastoral e reorganização das relações entre Igreja e sociedade no século XIII.

Ao recorrer à obra de Jordão da Saxônia, Souza (2017) observa que o texto constrói uma imagem específica de Domingos de Gusmão e da missão dominicana no mundo. Segundo a autora, a narrativa enfatiza elementos como a centralidade da pregação, a mobilidade religiosa e a conversão dos pecadores através da palavra, aspectos diretamente vinculados ao projeto religioso dominicano em seus momentos iniciais (Souza, 2017, p. 76).

Em diferentes passagens Jordão descreve Domingos como um modelo de vida marcado pela dedicação integral à missão religiosa, especialmente à prática da pregação, onde buscava “*gastar todas as forças em ganhar almas*” (Jordão da Saxônia, Séc. XIII, p. 10). Formulação que atribui à palavra um papel central na atuação dominicana, nesse horizonte, a pregação não surge apenas como atividade pastoral, mas também como núcleo

organizador da própria identidade da Ordem, cuja legitimidade espiritual é continuamente reafirmada pela capacidade de converter, ensinar e orientar os fiéis.

De modo que “*em Domingos, portanto, encontra-se a identidade da Ordem dos Pregadores*” (Canetti *apud* Nunes, 2015, p. 33-34), a formulação é particularmente significativa porque desloca o olhar do fundador enquanto indivíduo para compreendê-lo como espaço de condensação simbólica da própria identidade dominicana, a imagem de Domingos, assim, transforma-se em instrumento de definição institucional, organizando valores, práticas e modelos de conduta considerados legítimos para os membros da Ordem.

Ao mesmo tempo, Nunes chama atenção para a especificidade do *Libellus* no conjunto das produções dominicanas do período. Embora apresente traços próximos às narrativas hagiográficas, o texto de Jordão da Saxônia não se limita à vida de Domingos de Gusmão, mas aborda a Ordem dos Pregadores em sua totalidade (Nunes, 2015, p. 44).

Essa observação é fundamental porque permite compreender o alcance institucional da obra, onde o *Libellus* não se limita à exaltação do fundador; mas sim organiza uma memória coletiva sobre a própria Ordem, articulando origem, missão, autoridade e expansão institucional em uma mesma construção narrativa.

Evidencia-se, portanto, que o *Libellus de principiis Ordinis Praedicatorum* ocupa posição singular na tradição historiográfica medieval, seja como narrativa de memória institucional, como elaboração exemplar da figura de Domingos ou como instrumento de legitimação da identidade dominicana, o texto de Jordão da Saxônia permanece atravessado por múltiplas dimensões interpretativas. É justamente nesse horizonte que sua utilização neste trabalho se torna fundamental, pois mais do que oferecer informações sobre a origem da Ordem dos Pregadores, o *Libellus* fornece acesso às formas pelas quais os próprios dominicanos construíram uma narrativa sobre si mesmos, elaborando discursivamente sua memória, sua legitimidade e sua identidade institucional transmitidas ao longo do tempo.

Nessa direção, a leitura conjunta do *Libellus de principiis Ordinis Praedicatorum* e do *Valle do Amazonas* revela que, embora separados por séculos e produzidos em contextos profundamente distintos, ambos os textos participam da elaboração de narrativas de origem marcadas pela presença da linguagem religiosa. Enquanto Jordão da Saxônia organiza, no século XIII, os fundamentos simbólicos da identidade dominicana, João Barbosa Rodrigues mobiliza, no século XIX, parte desse repertório já consolidado para explicar a fundação de uma localidade amazônica.

Trata-se, portanto, de compreender como uma memória institucional construída no interior da Ordem Dominicana medieval ultrapassa seu contexto original e reaparece,

séculos depois, na narrativa de fundação de São Domingos do Capim-PA, preservando sentidos, símbolos e formas de legitimação historicamente elaboradas.

4 A NARRATIVA DA FUNDAÇÃO DE SÃO DOMINGOS DO CAPIM E A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE DOMINICANA

As narrativas de fundação são capazes de explicar as origens, justificar a existência e conferir inteligibilidade ao espaço que habita, e mais do que simples relatos sobre um passado distante, essas narrativas frequentemente organizam memórias coletivas, legitimam identidades e estabelecem vínculos entre acontecimentos históricos e sentidos simbólicos que perduram ao longo do tempo. No caso de São Domingos do Capim, a narrativa acerca de sua fundação remete diretamente à atuação de um bispo dominicano no contexto da Amazônia portuguesa setecentista, articulando religião, poder e territorialidade.

A principal formulação dessa narrativa encontra-se registrada na obra *Valle do Amazonas*, de João Barbosa Rodrigues, publicada em 1875. Ao descrever a freguesia de São Domingos da Boa Vista, que é a denominação original do atual município de São Domingos do Capim, o Valle afirma:

Conta já esta freguezia 117 annos de existencia; foi fundada em 1758 pelo bispo D. Frei Miguel de Bulhões, no governo de D. Francisco Xavier de Mendonça Furtado, dando-lhe aquelle por orago S. Domingos, por ser o patrono da ordem de que elle era frade (Valle, 1875, p. 9-10).

Ainda que produzida mais de um século após os acontecimentos descritos, a passagem possui centralidade para esta pesquisa por apresentar uma explicação precisa acerca da fundação da localidade, associando-a a três elementos fundamentais: um agente histórico identificado, que é D. Frei Miguel de Bulhões, um contexto político-administrativo específico, que é o governo de Francisco Xavier de Mendonça Furtado e uma escolha religiosa claramente justificada, que é a adoção de São Domingos de Gusmão como orago da freguesia devido ao pertencimento dominicano do bispo.

A perspectiva de Michel de Certeau (1982, p. 46) diz que os textos históricos não operam como reproduções transparentes do passado, mas como construções narrativas que organizam sentidos e inteligibilidades históricas. Nesse sentido, a narrativa registrada por Valle constitui, sobretudo, uma elaboração de memória histórica, ao afirmar que Miguel de Bulhões escolheu São Domingos por ser o fundador da ordem da qual era frade, o Valle sugere a existência de uma intenção simbólica na nomeação do território, e revela um

movimento de inscrição identitária no espaço amazônico. Contudo, antes de tomar tal narrativa como evidência incontestável, torna-se necessário situá-la historicamente. Afinal, quem foi D. Frei Miguel de Bulhões? Em que contexto atuou? E quais eram suas atribuições dentro do processo de reorganização territorial do Grão-Pará no século XVIII?

A menção a D. Frei Miguel de Bulhões adquire maior densidade histórica quando situada no contexto político e religioso da Amazônia portuguesa setecentista. Religioso da Ordem dos Pregadores e ordenado sacerdote em 1730, sua trajetória esteve vinculada à tradição dominicana desde sua formação, aspecto relevante para compreender os sentidos envolvidos na escolha posterior de São Domingos como patrono da freguesia.

Nomeado bispo do Pará em meados do século XVIII, Miguel de Bulhões chegou a Belém em 1749 e, a partir de 1753, assumiu interinamente o governo da Província durante a ausência de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, que partiu para a missão demarcatória das fronteiras após o Tratado de Madri (Costa; Cintra, 2013, p. 4-5). A acumulação de funções religiosas e administrativas não era circunstancial, mas o inseria em um amplo projeto de reorganização territorial promovido pela Coroa portuguesa, especialmente no contexto do período pombalino.

Esse processo, contudo, ocorria em um momento na qual as ordens religiosas já desempenhavam funções fundamentais na organização das populações e dos espaços coloniais. Os missionários, especialmente os jesuítas, exerciam catequese e um poder temporal sobre os indígenas aldeados, controlando parte significativa da mão de obra empregada nas atividades econômicas da capitania, de modo que fazia as missões ocupassem uma posição que ultrapassava o campo religioso, alcançando interesses econômicos e administrativos da própria colonização. Nos primeiros anos de sua atuação, Miguel de Bulhões manteve uma relação próxima com esses religiosos, manifestando o desejo de conservar com eles uma “inalterável concórdia” (Gomes, 2009, p. 26).

Esse cenário seria progressivamente alterado com a adoção das novas diretrizes da política colonial portuguesa, sobretudo a partir da atuação de Francisco Xavier de Mendonça Furtado e das medidas implementadas em 1755. As leis de 6 e 7 de junho daquele ano retiraram das ordens religiosas o poder temporal sobre os indígenas, enquanto outras medidas buscavam reduzir o controle dos missionários sobre a mão de obra e sobre as atividades econômicas da região. A mudança também repercutiu na atuação de Miguel de Bulhões, que passou a colaborar com esse processo de reorganização e a enfrentar os conflitos decorrentes da resistência dos religiosos à cessão dos indígenas para os trabalhos exigidos pela administração colonial (Gomes, 2009, p. 8; p. 29).

Esse aspecto revela uma questão central para a compreensão da fundação de São Domingos do Capim: Miguel de Bulhões não era apenas um agente religioso isolado, mas um personagem diretamente envolvido na redefinição do território amazônico. No interior das políticas de fortalecimento do domínio português na região, ocorreu uma importante reconfiguração administrativa baseada na substituição progressiva das missões religiosas por freguesias subordinadas ao clero secular. Conforme explicam Costa e Cintra: “Nessa política situa-se a decisão de substituir as missões religiosas por freguesias, confiadas ao bispo com seu clero secular; divisão territorial que era não só eclesiástica, mas também civil” (Costa; Cintra, 2013, p. 1).

Essa observação possui implicações fundamentais para esta pesquisa. Isso porque demonstra que a fundação de freguesias ultrapassava o campo estritamente religioso, assumindo também funções de ordenamento político e territorial. As freguesias não eram apenas espaços de devoção, mas unidades administrativas relevantes para o projeto colonial português. Nesse contexto, Costa e Cintra (2013) explicitam uma informação decisiva: “*Competia ao bispo erigir as freguesias*” (Costa; Cintra, 2013, p. 5).

Embora tal processo ocorresse em consonância com as orientações régias, a atribuição formal de criação dessas unidades recaía sobre o bispo, em outras palavras, a fundação de localidades como São Domingos do capim encontrava-se diretamente vinculada às competências exercidas por D. Frei Miguel de Bulhões. Essa constatação fortalece significativamente a plausibilidade histórica da narrativa registrada por *Valle do Amazonas*, pois se competia ao bispo erigir freguesias e se Miguel de Bulhões ocupava posição central no reordenamento territorial do Grão-Pará justamente no período de 1758, a informação de que teria fundado São Domingos da Boa Vista deixa de soar como mera tradição local, inserindo-se em um contexto administrativo verificável.

Além disso, a presença da localidade no *Mappa Geral do Bispado do Pará*, elaborado sob autoridade de D. Frei Miguel de Bulhões e publicado em 1759, oferece outro elemento relevante. Conforme demonstram Costa e Cintra (2013), o mapa não constituía simples documento eclesiástico, mas instrumento de representação da nova organização territorial amazônica: “Esse mapa de Galluzzi, encomendado pelo bispo, que na época fazia as vezes de governador, não era meramente um mapa eclesiástico. Reflete a nova divisão territorial portuguesa na Amazônia” (Costa; Cintra, 2013, p. 5).

Entretanto, talvez o elemento mais significativo da narrativa de Valle não esteja apenas na fundação da freguesia, mas no modo como ela foi nomeada. É nesse ponto que a tradição dominicana, registrada no *Libellus de Principiis Ordinis Praedicatorum*, é

particularmente relevante para a interpretação histórica da fundação de São Domingos do Capim.

Afinal, se a narrativa de Valle informa que D. Frei Miguel de Bulhões escolheu São Domingos, torna-se necessário perguntar: o que significava escolher São Domingos de Gusmão como orago de uma nova freguesia amazônica em meados do século XVIII? Compreender essa escolha implica considerar o lugar ocupado pelo fundador da Ordem dos Pregadores no imaginário dominicano e os sentidos simbólicos associados à sua memória.

Responder a essas questões implica deslocar o olhar do acontecimento fundacional em si para os significados religiosos e simbólicos que o atravessavam. Nesse aspecto, o *Libellus de Principiis Ordinis Praedicatorum*, escrito por Jordão de Saxônia, sucessor imediato de São Domingos no governo da Ordem dos Pregadores, oferece uma chave interpretativa particularmente fecunda. Redigido no século XIII, o texto consiste em um esforço deliberado de preservação da memória da Ordem, de seus ideais e do carisma atribuído a Domingos de Gusmão. O próprio Jordão explicita sua intenção ao afirmar que desejava registrar as origens da ordem para que os irmãos futuros não ignorassem a herança recebida (Saxônia, 2021, p. 6).

Tal preocupação com a memória não é um detalhe secundário, pelo contrário, ela revela o lugar central ocupado pela figura de São Domingos na constituição identitária dominicana. Como fundador da Ordem dos Pregadores, Domingos aparece no *Libellus* como referência moral, espiritual e institucional, cuja vida deveria orientar os frades ao longo do tempo. Alain Boureau (2010, p.142) destaca que a tradição dominicana foi marcada por uma profunda centralidade da palavra, na qual a produção de narrativas desempenhou papel fundamental na organização da vida religiosa e na legitimação da própria missão da Ordem. Nesse horizonte, o

Libellus também atua na transmissão de valores, na construção de referenciais exemplares e na reafirmação de uma autoridade espiritual projetada para além de seu tempo.

É significativo observar o modo como Jordão de Saxônia descreve o fundador. Em uma das passagens mais emblemáticas do texto, Domingos é apresentado como:

O venerável servo de Cristo, fundador e primeiro Mestre e frade desta Ordem, Domingos, que, vivendo neste mundo entre pecadores, convivia em espírito com Deus e com os anjos, fiel guarda dos mandamentos, batalhador dos conselhos, servindo, com tudo o que soube e o que pôde, ao seu eterno Criador e refulgindo, por uma vida inocente e pela pureza das mais santas relações, na negra escuridão deste mundo (Saxônia, 2021, p. 6).

A passagem é reveladora porque permite compreender quais valores a tradição dominicana associava ao seu fundador: humildade, pobreza, pregação e missão. Domingos é descrito não como figura contemplativa isolada, mas como homem em movimento, orientado pela necessidade de anunciar a fé, combater erros doutrinários e expandir a presença do cristianismo. Essa dimensão missionária ocupa lugar central na própria constituição da Ordem dos Pregadores, que desde suas origens, os dominicanos foram concebidos como uma comunidade voltada à evangelização, ao ensino religioso e à circulação pelo mundo cristão. O *Libellus* enfatiza esse caráter expansivo ao narrar a decisão de São Domingos de enviar os frades “pelo mundo afora”, ainda que fossem poucos:

Invocado o Espírito Santo e convocados os frades, comunicou-lhes a resolução de seu coração de enviar a todos, ainda que poucos, pelo mundo afora e que não habitariam mais por muito tempo juntos aí. Todos se admiraram da comunicação de decisão tão repentina. Mas como se impunha a evidente autoridade de sua santidade, concordaram sem maior relutância, esperando que tudo isso concorresse para um bom resultado” (Saxônia, 2021, p. 17).

Tal elemento torna-se especialmente significativo quando colocado em diálogo com a trajetória de D. Frei Miguel de Bulhões no Grão-Pará. Religioso dominicano, profundamente vinculado à tradição da Ordem dos Pregadores, Bulhões participava diretamente de um processo de reorganização territorial que envolvia justamente a criação de novas freguesias na Amazônia portuguesa. Sua atuação não se limitava à administração religiosa: implicava ordenar espaços, instituir comunidades e produzir formas de presença institucional da Coroa e da Igreja no território.

Nesse contexto, a escolha do nome “São Domingos” para a nova freguesia dificilmente pode ser interpretada como simples casualidade devocional. Se o santo escolhido era o fundador da Ordem à qual o próprio bispo pertencia, parece plausível compreender tal gesto como uma forma de projetar simbolicamente no território amazônico os referenciais espirituais dominicanos. Em outras palavras, ao dar à freguesia o nome de “São Domingos da Boa Vista”,

D. Frei Miguel de Bulhões não apenas atribuía um padroeiro a uma comunidade recém-fundada, ele vinculava aquela localidade a uma tradição religiosa específica, inscrevendo na paisagem amazônica a memória do fundador medieval da Ordem dos Pregadores.

Essa operação simbólica adquire ainda maior densidade quando observada à luz das transformações territoriais promovidas no período pombalino. Conforme demonstram Costa e Cintra (2013), a reorganização espacial da Amazônia envolveu também a

redefinição de topônimos, frequentemente substituindo referências missionárias ou indígenas por nomes associados ao universo português e cristão. Nesse cenário, os nomes deixavam de constituir simples identificações geográficas para se tornarem mecanismos de ordenamento simbólico do território.

A laicização do governo vai acompanhada da mudança de nomes dos locais, extirpando os nomes bárbaros e os que lembrassem aldeias missionárias. Para os novos nomes escolhem-se topônimos de terras portuguesas, da ordem de Cristo ou da Casa de Bragança (Costa e Cintra, 2013, p. 4).

Contudo, São Domingos do Capim parece ocupar uma posição singular nesse conjunto. Diferentemente de localidades nomeadas a partir de cidades portuguesas ou de referências diretamente associadas à monarquia, a escolha de São Domingos constitui um elemento aparentemente simples, mas historicamente expressivo, o que reforça a hipótese de que Miguel de Bulhões, ao instituir a freguesia, realizava também um gesto de inscrição identitária, cristianizava o território sob referências dominicanas, vinculava a nova localidade ao universo simbólico de sua ordem religiosa e projetava na Amazônia portuguesa a memória espiritual de São Domingos de Gusmão.

E talvez seja justamente nesse ponto que a narrativa do *Valle do Amazonas* revele sua maior potência interpretativa, ao afirmar, ainda no século XIX, que a localidade recebeu São Domingos como padroeiro, o autor preservava a memória de um vínculo simbólico estabelecido mais de cem anos antes entre um bispo dominicano, um santo medieval e um território amazônico em formação.

Entretanto, a força histórica de uma narrativa fundacional não reside apenas no gesto inicial que a inaugura, mas também na capacidade de seus significados atravessarem o tempo. Se a hipótese aqui sustentada aponta que D. Frei Miguel de Bulhões projetou simbolicamente a tradição dominicana sobre a nova freguesia ao vinculá-la a São Domingos de Gusmão, torna-se igualmente necessário observar se essa associação permaneceu inscrita na experiência histórica da localidade. Em outras palavras: os sentidos religiosos mobilizados no momento da fundação resistiram às transformações do tempo ou dissolveram-se no percurso histórico do município?

A memória de São Domingos não permaneceu restrita ao episódio fundacional de 1758. Pelo contrário, parece ter atravessado os séculos, preservando-se em diferentes dimensões da vida local, como a religiosidade, a paisagem urbana, as instituições, a toponímia e as práticas de devoção. Essa permanência constitui elemento relevante para esta pesquisa, pois permite observar como uma escolha realizada no contexto do Grão-

Pará setecentista continuou a produzir sentidos no presente, sugerindo um processo de sedimentação memorial no qual determinados elementos da origem foram historicamente preservados. Como observa Le Goff (1990, p. 6), o documento não constitui um registro neutro do passado, mas um “monumento”, isto é, uma construção social que expressa relações de poder e participa da produção e permanência de determinadas memórias ao longo do tempo.

O primeiro elemento dessa permanência encontra-se inscrito no próprio nome da localidade. Durante parte significativa de sua trajetória histórica, o município foi conhecido como São Domingos da Boa Vista e a referência ao santo permaneceu, portanto, como elemento central da identidade territorial, mesmo diante das transformações administrativas ocorridas ao longo do tempo. Como, por exemplo, a partir do Decreto Estadual nº 720, de 19 de agosto de 1932, que ocorreu uma alteração formal na designação municipal, quando o nome São Domingos da Boa Vista foi substituído por São Domingos do Capim, em referência ao rio que estrutura historicamente a região (FAPESPA, 2024, p. 9)

A mudança, contudo, não significou o desaparecimento do vínculo simbólico estabelecido no período fundacional. Embora “Boa Vista” tenha sido substituído por uma referência hidrográfica regional, o nome São Domingos permaneceu como eixo central da identidade municipal, sugerindo a continuidade de um vínculo histórico com a tradição religiosa inaugurada no século XVIII.

Em termos formulados por Pierre Nora (1993, p. 16), tais permanências relacionam-se à capacidade dos lugares de memória de bloquear o trabalho do esquecimento e fixar sentidos do passado, tornando duradouras determinadas referências coletivas. O nome da cidade, a igreja matriz, a imagem do padroeiro e as procissões religiosas funcionam, nesse sentido, como suportes por meio dos quais determinadas referências históricas continuam sendo atualizadas socialmente.

Essa permanência manifesta-se também no espaço religioso da cidade. Conforme descrição de *Valle do Amazonas*, a freguesia possuía sucessivas igrejas matrizes, tendo a terceira construção iniciado em 1786 após o desabamento das anteriores em decorrência da ação da pororoca: “*A matriz, que é a terceira que se edificou, por terem as duas primeirascabido, com as escavações da pororoca, começou a edificar-se em 1786...*” (Valle, 1875, p. 9).

Ainda que a atual estrutura não corresponda ao edifício original do século XVIII, a permanência da Igreja Matriz de São Domingos de Gusmão revela a continuidade da

centralidade simbólica do santo na organização religiosa local e um lugar de memória, no qual o orago fundacional permanece materialmente representado.

Imagem 1 - Fachada da Igreja Matriz de São Domingos de Gusmão



Fonte: Capim Oficial, 2025.

Imagem 2 - Fachada da Igreja Matriz de São Domingos de Gusmão durante processo de pintura



Fonte: Acervo pessoal da autora. Dez, 2025.

No interior da igreja, existe a presença da imagem de São Domingos de Gusmão, localizada próxima ao altar principal, que adquire um significado particular. Embora a centralidade litúrgica permaneça associada à figura de Cristo, a presença visual do santo padroeiro reafirma continuamente sua condição de protetor simbólico da comunidade,

trata-se de uma forma de memória visual e devocional que conecta a população contemporânea à tradição instituída desde a fundação da freguesia.

Imagem 3 - Imagem de São Domingos de Gusmão localizada na área externa da igreja durante reforma



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2026.

Imagem 4 - Imagem de São Domingos de Gusmão no interior da igreja matriz



Fonte: Acervo PASCOM da Paróquia São Domingos de Gusmão, 2026.

A permanência da memória de São Domingos de Gusmão, contudo, não se restringe ao campo da materialidade religiosa ou à conservação do nome da localidade. Ela também se manifesta nas práticas coletivas, nas formas de sociabilidade e nas instituições

que continuam a reproduzir, em diferentes escalas, o vínculo simbólico entre a cidade e seu santo padroeiro. Entre essas permanências, destaca-se a própria festa dedicada a São Domingos de Gusmão, realizada anualmente no município. Conforme dados da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA), trata-se de uma das principais manifestações religiosas da cidade:

As principais manifestações religiosas do município de São Domingos do Capim são: a festa do padroeiro São Domingos de Gusmão, que acontece no período de 4 a 8 de agosto, acompanhada de procissão, novenas, leilão, apresentações de danças típicas e conjuntos musicais (FAPESPA, 2024, p. 10).

A descrição merece atenção porque evidencia que a devoção ao santo padroeiro permanece inscrita no cotidiano social da cidade, não como vestígio distante de um passado colonial, mas como prática viva, periodicamente reatualizada pela participação coletiva. A presença de procissões, novenas e celebrações religiosas indica a continuidade de formas tradicionais de devoção católica, ao mesmo tempo em que as apresentações culturais e encontros comunitários revelam a incorporação do festejo à dinâmica social do município.

Imagem 5 - Momento cultural da festividade de São Domingos de Gusmão



Fonte: Acervo PASCOM da Paróquia São Domingos de Gusmão, 2026.

Em outras palavras, aquilo que começou como uma escolha episcopal por D. Frei Miguel de Bulhões transforma-se, ao longo do tempo, em experiência compartilhada por sucessivas gerações de moradores. O santo que, segundo Valle, foi escolhido por ser “*o patrono da ordem de que elle era frade*” deixa de pertencer apenas ao universo institucional dominicano e passa a integrar a própria experiência identitária da comunidade local.

Esse processo de permanência simbólica também se manifesta na nomenclatura de espaços e instituições contemporâneas do município. A presença de equipamentos sociais identificados pelo nome do santo, como o Centro Paroquial de formação São Domingos de Gusmão, é historicamente significativo porque demonstra que o nome de São Domingos permaneceu socialmente funcional, continuando a organizar sentidos de pertencimento e identificação coletiva. Mais do que homenagem protocolar, tais denominações evidenciam uma memória incorporada ao cotidiano da cidade, reproduzida nas experiências mais ordinárias da vida social.

Imagem 6 - Centro de Formação Paroquial São Domingos de Gusmão



Fonte: Acervo PASCOM da Paróquia São Domingos de Gusmão, 2026.

Paralelamente, observa-se também a permanência da memória de D. Frei Miguel de Bulhões, personagem central desta narrativa fundacional. Em 2004, por meio da Lei Municipal nº 784, foi criada a Praça Frei Miguel de Bulhões na cidade de São Domingos do Capim. O documento estabelece: “*Ficam criadas 03 (três) Praças na cidade de São Domingos do Capim de nomes: Frei Miguel De Bulhões, Praça Das Bandeiras E Praça Dom Elizeu...*” (São Domingos do Capim, 2004).

Embora separada por mais de dois séculos do episódio fundacional, a homenagem pública revela um movimento de preservação da memória histórica do bispo associado à origem do município. A inscrição de seu nome no espaço urbano sugere que Miguel de Bulhões permanece reconhecido, ainda que de maneira difusa, como personagem ligado à trajetória histórica da cidade.

Tal elemento possui implicações importantes para esta pesquisa. Se a memória de

São Domingos permaneceu viva por meio da religiosidade popular, a de Miguel de Bulhões parece persistir por mecanismos institucionais de reconhecimento histórico, mantendo santo e fundador simbolicamente conectados no espaço urbano contemporâneo. Sob a perspectiva da História Cultural, práticas, rituais e referências simbólicas operam como formas de produção e reforço de identidades (Burke, 2005, p. 122). Nesse sentido, o nome da localidade, a devoção ao padroeiro e as práticas festivas associadas à sua memória continuam a produzir sentidos de pertencimento histórico.

Compreender essa permanência implica reconhecer que as narrativas históricas são continuamente apropriadas, reinterpretadas e ressignificadas pelos sujeitos que as transmitem. Com esse objetivo, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com moradores e profissionais atuantes em São Domingos do Capim, buscando compreender de que maneira a relação entre o município e a tradição dominicana é lembrada e significada no presente. Em respeito aos princípios éticos da pesquisa, todos os participantes serão identificados por nomes fictícios.

Um primeiro aspecto que chama atenção nos depoimentos coletados é que nenhum dos entrevistados desconhece completamente a existência de uma relação entre São Domingos do Capim e a tradição dominicana. Ainda que as explicações apresentadas sejam distintas e, por vezes, imprecisas, todos reconhecem, de alguma forma, que essa associação existe. Esse dado constitui um resultado significativo para esta pesquisa, pois evidencia que a narrativa de fundação permaneceu viva na memória coletiva, mesmo quando seus fundamentos históricos deixaram de ser plenamente conhecidos.

Essa dinâmica pode ser observada nas entrevistas realizadas com duas professoras que atuam no município. Ao ser questionada sobre a relação entre São Domingos do Capim e a Ordem Dominicana, Ana (nome fictício, 30 a 44 anos) afirmou:

“Há registros históricos e uma tradição local que relacionam o nome de São Domingos do Capim a São Domingos de Gusmão e à atuação de missionários da Ordem Dominicana na região durante o período colonial. Acredita-se que esses religiosos contribuíram para a catequese e a formação do antigo povoado, o que motivou a homenagem ao santo no nome da freguesia. Entretanto, embora essa relação seja amplamente mencionada em fontes históricas, ainda são necessárias pesquisas em documentos primários para comprovar detalhadamente a presença e a atuação dos dominicanos no município.”

Ao ser perguntada sobre onde havia conhecido essas informações, respondeu que elas provinham de “resumos sobre o município, religiosos e de um professor de Filosofia”.

Por sua vez, Maria (nome fictício, professora e moradora do município há 26 anos), ao responder à mesma pergunta, declarou:

“Sim, mas superficialmente. Sei apenas que eram grupos que atuavam na região amazônica durante o período colonial, com o objetivo de evangelizar os povos nativos da região.”

Questionada sobre a origem desse conhecimento, afirmou que a informação lhe foi transmitida por “pessoas mais velhas que ouviram de outras pessoas”.

Entretanto, quando analisadas em conjunto e em diálogo com a documentação discutida neste trabalho, essas respostas revelam um fenômeno mais amplo. As entrevistadas procuram explicar uma associação cuja existência é amplamente reconhecida pela comunidade, recorrendo à ideia de uma atuação missionária dominicana na região. Embora essa interpretação não corresponda ao recorte analítico adotado nesta pesquisa, ela se mostra particularmente relevante por evidenciar como essa memória continua sendo apropriada e reelaborada socialmente, pois, mais do que verificar a precisão histórica dessas interpretações, interessa compreender os sentidos atribuídos pelos sujeitos a essa relação. Nesse processo, diferentes elementos históricos são articulados, reinterpretados e transmitidos, produzindo explicações que procuram preencher as lacunas deixadas pela circulação da memória ao longo do tempo, que mantêm essa narrativa viva.

Essa mesma dinâmica pode ser observada entre os entrevistados mais velhos. João (nome fictício, funcionário público aposentado e morador do município há mais de sessenta anos) afirmou já ter ouvido falar da relação entre São Domingos do Capim e os dominicanos, embora não soubesse explicar sua origem, acrescentando que conheceu essa informação “entre amigos”. Quando questionado sobre a importância de conhecer essa história, respondeu que “sempre é bom saber a história do município”.

Já José (nome fictício, agricultor e morador do município há setenta e quatro anos) atribuiu a origem do nome da cidade diretamente ao seu padroeiro, afirmando que ela recebeu essa denominação “por conta do nome do padroeiro, que é São Domingos de Gusmão”.

Observa-se que a memória coletiva preserva a narrativa de fundação por diferentes caminhos. João reconhece a existência de uma relação entre o município e os dominicanos, ainda que não consiga explicar sua origem, revelando que essa associação permanece circulando na comunidade independentemente de um conhecimento histórico sistematizado. José, por sua vez, conserva outro elemento fundamental dessa narrativa ao relacionar a origem do município ao seu padroeiro, São Domingos de Gusmão. Embora estabeleçam conexões distintas, ambos demonstram que determinados aspectos da fundação continuam presentes na memória local de formas variadas.

Consideradas em conjunto, as entrevistas permitem compreender que a permanência da narrativa de fundação não depende da preservação exata dos acontecimentos históricos, mas da continuidade de referências simbólicas que mantêm viva a percepção de uma origem comum. Ainda que os entrevistados expliquem essa relação por caminhos distintos, ora associando-a a uma atuação missionária, ora ao padroeiro, ora apenas reconhecendo que essa ligação existe, todos revelam a permanência de uma memória que associa São Domingos do Capim à tradição dominicana.

Assim, as entrevistas não são mobilizadas como comprovação histórica dos acontecimentos discutidos neste trabalho, mas como evidências de um fenômeno distinto, que é a permanência social da narrativa de fundação. Ao ultrapassar os limites da documentação escrita e permanecer circulando entre diferentes gerações, essa narrativa passou a integrar a memória coletiva da comunidade. Nesse sentido, os depoimentos reforçam o argumento central analisado ao longo desta pesquisa: a narrativa de fundação não permaneceu apenas nos documentos históricos ou nos símbolos materiais do município, mas também na memória de seus habitantes.

Investigar a fundação de São Domingos do Capim significou, portanto, investigar também os modos pelos quais territórios são simbolicamente produzidos. Se toda fundação envolve delimitações administrativas, disputas políticas e formas de ocupação espacial, ela também mobiliza repertórios de sentido capazes de conferir inteligibilidade ao lugar e produzir vínculos duradouros entre comunidade, memória e pertencimento. Nesse aspecto, a história de São Domingos do Capim revela que a constituição de um espaço colonial amazônico não ocorreu apenas por mecanismos burocráticos de ordenamento territorial, mas igualmente por operações simbólicas profundamente atravessadas pela religiosidade.

A escolha de São Domingos de Gusmão como orago da freguesia, longe de constituir detalhe secundário ou simples ato devocional, emerge, à luz das fontes analisadas, como elemento historicamente significativo. A narrativa registrada por *Valle do Amazonas*, quando colocada em diálogo com a trajetória dominicana de D. Frei Miguel de Bulhões, com o contexto pombalino de reorganização territorial e com os significados atribuídos ao fundador da Ordem dos Pregadores no *Libellus de Principiis Ordinis Praedicatorum*, permite sustentar a hipótese de que a nomeação da freguesia correspondeu também a um gesto de inscrição identitária no território amazônico.

Naturalmente, a documentação disponível impõe limites interpretativos. Não há, até o presente momento, registro documental direto no qual D. Frei Miguel de Bulhões explicita as razões da escolha de São Domingos como patrono da freguesia. Contudo, a

ausência de uma declaração explícita não inviabiliza a interpretação histórica. Ao contrário, é precisamente no cruzamento entre indícios, permanências, contextos e tradições simbólicas que a pesquisa histórica constrói hipóteses plausíveis sobre o passado.

Essa permanência talvez constitua um dos aspectos mais reveladores desta investigação. Afinal, mesmo diante das mudanças históricas, a cidade continuou reconhecendo no santo medieval da Ordem Dominicana uma referência simbólica central, preservada no nome do município, na igreja matriz, nas festividades religiosas, nas procissões, nas instituições locais e nas memórias compartilhadas pela população. Isso não significa afirmar a existência de uma continuidade linear ou imutável.

Como toda construção histórica, os sentidos associados a São Domingos certamente foram transformados por diferentes gerações, e ainda assim, a permanência sugere a sobrevivência de um núcleo simbólico relativamente estável ao longo do tempo. Sob essa perspectiva, a memória ultrapassa o simples ato de recordar, integrando experiências ao cotidiano e conferindo sentidos capazes de preservar referências, vínculos e identidades coletivas (Todorov, 1999, *apud* Delgado, 2003, p. 17).

CONCLUSÃO

As origens de uma comunidade raramente permanecem restritas ao instante de sua fundação. Mais do que marcos administrativos, fundações produzem narrativas capazes de atravessar o tempo, organizando pertencimentos, sedimentando memórias e oferecendo sentidos sobre a própria existência coletiva. Em São Domingos do Capim, a trajetória histórica da localidade revelou justamente esse movimento, no qual religião, território e identidade passaram a se articular de forma profunda.

A análise das fontes permitiu compreender que a narrativa de fundação da antiga freguesia de São Domingos da Boa Vista ultrapassa o registro de um acontecimento ocorrido em 1758. Colocada em diálogo com a trajetória de D. Frei Miguel de Bulhões, com a tradição dominicana e com o *Libellus de Principiis Ordinis Praedicatorum*, essa narrativa revelou-se como uma construção histórica capaz de atribuir sentidos às origens da comunidade. Mais do que explicar a escolha de São Domingos de Gusmão como orago da freguesia, ela evidencia um processo de elaboração simbólica no qual religião, território e memória se entrelaçam na constituição de uma identidade local.

Ao longo do tempo, inscreveram-se na paisagem urbana, na devoção ao padroeiro, nas festividades religiosas e nas diferentes formas pelas quais a comunidade continua

narrando suas origens, o que revela que, embora os sentidos atribuídos a essa relação sejam diversos e, por vezes, marcados por lacunas ou reelaborações, permanece compartilhada entre os moradores a percepção de que existe uma ligação entre São Domingos do Capim e a tradição dominicana, mantendo viva memórias que, conectadas, permanecem no presente.

Assim, São Domingos do Capim pode ser compreendido como um território historicamente atravessado por uma memória religiosa de longa duração. Afinal, algumas fundações não se encerram quando são decretadas; elas continuam sendo refeitas e reinterpretadas pelas práticas coletivas, pelas memórias compartilhadas e pelos sentidos que uma comunidade decide preservar sobre si mesma. Em São Domingos do Capim, compreender a história da fundação significou também compreender a permanência de uma narrativa que, atravessando séculos, ainda encontra eco no nome da cidade, em sua religiosidade e nas formas de relação com o próprio passado. Mais do que sobreviver como lembrança de um acontecimento distante, essa narrativa continua sendo recriada pelas gerações que a recebem, a reinterpretam e a convertem, uma vez mais, em referência de pertencimento e identidade.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Solange Ramos de. O culto aos santos: a religiosidade católica e seu hibridismo. **Revista Brasileira de História das Religiões**, ANPUH, Ano III, n. 7, p. 131-145, mai. 2010. ISSN 1983-2850. Disponível em: <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao>. Acesso em: 30 abr. 2026.

BOUREAU, Alain. No coração da Idade Média: os dominicanos e a maestria narrativa. **Revista de História Comparada**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 141-168, 2010.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Tradução de Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., p.10-100, 2005.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 12-105, 1982.

COSTA, Graciete Guerra da; CINTRA, Jorge Pimentel. Mappa geral do Bispado do Pará: um novo paradigma da cartografia amazônica'. **Anais do V Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica**, Petrópolis, 1, pp. 1-14. 2013.

DELGADO, L. A. N. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. **História Oral**, v. 6, p. 9-25, 2003.

FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas. **Estatística Municipal: São Domingos do Capim**. Belém, PA: Fapespa, 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Panorama – São Domingos do Capim (PA)**. 2026. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/sao-domingos-do-capim/panorama>. Acesso em: 30 abr. 2026.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão et al. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, p. 06-409, 1990.

MORAES, Irislane Pereira de. **Do tempo dos Pretos d'antes aos Povos do Aproaga: Patrimônio arqueológico e territorialidade quilombola no vale do rio Capim (PA)**. 2012. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-graduação em Antropologia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução: Yara Aun Khoury. **Proj. História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

NUNES, Lucas Cunha. **Era Domingos um Dominicano?** A construção do discurso hagiográfico e a Ordem dos Pregadores (1235-1298). 2015. 48 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

PORTO, Thiago de Azevedo. O Mosteiro de Santa Maria de Prouille em meio a divergências documentais: os dominicanos, o papado e a cura monialum no século XIII. In: LIMA, Douglas Mota Xavier de (Org.). **Diálogos entre História Antiga e Medieval na Amazônia**. Santarém: Sobre Ontens/PerSe, 2020. p. 13-44.

RODRIGUES, João Barbosa. **Exploração e estudo do Valle do Amazonas**: relatório apresentado ao Ilustríssimo e Excellentíssimo Senhor Conselheiro Dr. José Fernandes da Costa Pereira Junior, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875, p. 9-10.

SAXÔNIA, Jordão de. **Libellus de Principiis Ordinis Preadicatorum**. Tradução e introdução de Mariano Foralosso. 2021. Disponível em: <http://dominicanos.org.br>.

SAXÔNIA, Jordão de. **Opúsculo sobre as origens da Ordem dos Pregadores**. Subsídios de Formação Dominicana [s.l.: s.n, s/d].

SÃO DOMINGOS DO CAPIM. **Lei Nº 784/2004**, de 26 de fevereiro de 2003. Dispõe sobre a criação das praças Frei Miguel de Bulhões, Praça das Bandeiras e Praça Dom Elizeu e dá outras providências. Disponível em:

<https://camarasaodomingosdocapim.pa.gov.br/wp-content/uploads/2025/07/Lei-Nº-784-de-2004.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2026.

SOUZA, Valéria Brito de. **Os impactos causados pelo surgimento das ordens mendicantes no catolicismo do século XIII**. 2017. 80 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em História) – Curso de História, Universidade Estadual de Goiás – Campus Cora Coralina, Cidade de Goiás, 2017.

WALZ, Angelus. *Libellus de principiis Ord. Praedicatorum auctore Iordano de Saxonia*. In: Monumenta Ordinis Fratrum Praedicatorum Historica, tomus XVI. Romae: Institutum Historicum FF. Praedicatorum, 1935. p.25-8

XIMENES, Cláudio; COELHO, Alan Watrin. A descrição histórica, geográfica e etnográfica do rio Capim feita por João Barbosa Rodrigues. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.**, Belém, v. 12, n. 2, p. 535-554, maio-ago. 2017.

GOMES, Robeilton de Souza. **Dom Miguel de Bulhões: o bispo entre duas espadas, 1754 – 1759**, 2009, p4-26. Relatório (Iniciação Científica) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2009.

SÁ, Magali Romero. O botânico e o mecenas: João Barbosa Rodrigues e a ciência no Brasil na segunda metade do século XIX. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 8, suplemento, 2001, p. 902-906.